

## **ENSINO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL COM AUXÍLIO DE CARTOGRAFIA.**

SIDNEI LOPES RIBEIRO ([sidnei.geo.rc@professor.sp.gov.br](mailto:sidnei.geo.rc@professor.sp.gov.br)).

Rede São Paulo de Formação Docente (Redefor) – UNESP Campus de Presidente Prudente.  
Especialização para Docentes em Geografia - Turma 52 (2010).

### **RESUMO**

Esta pesquisa é sobre a formação territorial do Brasil. Empreendeu-se revisão da pedagogia do ensino de geografia por meio da cartografia, de conceitos (território, fronteiras, limites) e do processo de formação dos limites territoriais do país no continente e no oceano. Desenvolveram-se dois produtos: uma escala para medir níveis de proficiência em cartografia como ferramenta de ensino de Geografia que auxilia na avaliação dos alunos e um mapa síntese da formação territorial continental brasileira. Por fim, analisaram-se textos e mapas de três livros didáticos para verificar a adequação ao processo de ensino-aprendizagem do tema e emitiram-se conclusões.

Palavras-chave: Brasil, território, fronteiras, cartografia.

### **INTRODUÇÃO**

O objetivo geral da pesquisa foi reforçar o aprendizado da formação territorial do Brasil no 2º ano do Ensino Médio apresentando revisão de conceitos de território, limites e fronteiras na abordagem geográfica e a Cartografia correta nas escalas geográfica e histórica. A justificativa foi melhorar o ensino-aprendizagem do tema ao desenvolver e usar material cartográfico adequado histórica e geograficamente para a formação territorial do Brasil.

A problemática partiu da constatação em trabalho de campo de incorreções na cartografia do material didático do 1º bimestre do 2º ano do Ensino Médio sobre a formação territorial do Brasil, que gerou dificuldades de compreensão do tema. Assim, trabalhar a formação territorial com cartografia correta e revisão de conceitos-chave é importante para superar dificuldades de aprendizagem do tema. Pretendeu-se desenvolver material sobre a formação territorial do Brasil com conceitos e mapas corretos. O mapa modelo foi comparado aos dos livros didáticos amostrados na busca de inconsistências. O tratamento dos conceitos de formação territorial a ele relacionados não foi completo em nenhum livro da amostra.

A metodologia consistiu em estabelecer o recorte da pesquisa a partir de estudo piloto, levantamento bibliográfico sobre a formação territorial do Brasil e conceitos relacionados, da pedagogia sobre o uso de Cartografia como ferramenta de ensino de Geografia e da análise de três livros didáticos de Ensino Médio, como levantamento documental, com busca de dados e elaboração de quadro e mapa. Para isto, os livros escolhidos foram: ARAÚJO, R. Magnoli, D. Geografia: A construção do mundo [...] São Paulo: Moderna, 2005 (Obra A); BOLIGIAN, L.

BOLIGIAN, A. T. A. Geografia: espaço e vivência. Vol. 2, Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2010 (Obra B) e MAGNOLI, D. Geografia para o ensino médio [...]. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2010 (Obra C). Os critérios de análise das obras incluíram referências diretas e indiretas às publicações em questão, com base na revisão bibliográfica e cartográfica prévia. O scanner de impressora doméstica foi usado para a captura das ilustrações dos livros. A pesquisa foi conduzida de 25 de setembro a 31 de outubro de 2011.

### **A Cartografia no Ensino de Geografia**

A alfabetização cartográfica é desafio do ensino de Geografia, pois, como uma linguagem espacial à disposição do aluno, permite-lhe ler e interpretar mapas, cartas, gráficos e ampliar a compreensão do espaço geográfico (SÃO PAULO, Estado, 2008, p. 30). A Cartografia é “arte, método e técnica de representar a superfície da terra e seus fenômenos” cuja metodologia de ensino considera “problemas sobre as dificuldades de leitura de mapas ou elaborar técnicas de aprendizagem que facilitem a construção dos conceitos geográficos e cartográficos junto aos alunos” (SOUZA e KATUTA, 2001, p. 56-7). Para os autores (p. 59-60), é impossível dissociar ensino de pesquisa para que o docente se torne autoridade pedagógica em sala de aula, pois nós, geógrafos-professores de ensino básico, lidamos com mentes em formação e precisamos dominar os conceitos científicos para ensinar corretamente, numa educação de qualidade (cf. Cavalcanti 2010, p. 87-8).

Após analisar definições de autores ligados ao ensino de Cartografia, Souza e Katuta (2001, p. 118) detectaram três funções para o mapa na escola: orientação, localização e informação, como meio de comunicação de informações de natureza geográfica. Sobre as questões de linguagem e escala, os autores (p. 119-120) lembram que o mapa auxilia na compreensão do que Lacoste chamou de espacialidade diferencial; entendê-la é condição para que o sujeito atue efetivamente nos espaços em que vive para materializar uma prática potencialmente transformadora. Mas, para isso, o professor deve ser mais bem preparado para trabalhar esse instrumento, tornar-se competente para sua utilização e se tornar leitor de mapas, pois, “somente ensinamos e/ou auxiliamos a construir capacidades, noções, habilidades, atitudes e valores de que dispomos” (SOUZA e KATUTA, 2001, p. 119).

Haesbaert (2002, p. 105) avança no conceito e explica que há escalas cartográfica (física e quantitativa) e geográfica (social e qualitativa), vindas de uma ordenação espacial dos fenômenos. Lacoste (1993, p. 87-94) contribuiu com os conceitos úteis de diferentes ordens de grandeza e níveis da análise espacial quanto à *escala cartográfica* cujas ordens vão da 1ª

grandeza (dezenas de milhares de km) até a 7ª grandeza (medida em metros). Segundo Haesbaert (2002, p. 105-6), Lacoste analisou a "estratégia geográfica" dos bombardeios norte-americanos no delta do rio Vermelho (ex-Vietnã do Norte) cujas conclusões foram muito importantes para denunciar a crueldade dos norte-americanos para destruir a agricultura vietnamita, mas não conseguiu sair do empirismo.

Segundo Haesbaert (2002, p. 106), ao tratar da dimensão espacial de fenômenos econômicos e políticos, o economista Alain Lipietz criou uma *escala geográfica* com três níveis: Estruturas regionais, Formações nacionais e Blocos multinacionais. Há diferenças entre escala cartográfica (Lacoste) e geográfica (Liepietz), com abordagens teórico-conceituais baseadas na “dinâmica socioeconômica”. Assim, é preciso delimitar geograficamente a questão/fenômeno para definir uma escala simultaneamente cartográfica e geográfica. Haesbaert (2002, p. 108-10) informa que Lê Goff criou uma delimitação de fatos geográficos: *intermediários, sociais e curtos* (individuais), para discutir a questão dos tempos longos e breves (vida de uma pessoa). Mas é preciso tomar cuidado com a escala local, paralela (mas não *a priori*) ao tempo breve e, além disso, o espaço local e o tempo breve condensam o mundo em si, numa multiplicidade de escalas que vão do local ao planetário (HAESBAERT 2002, p. 112-3).

Souza e Katuta (2001, p. 120; 126-7) mostram o paradoxo no uso do mapa no ensino de geografia, pois a ideia popular é que o professor de geografia utiliza muitos mapas em suas aulas, mas, na realidade, uma escola de pensamento geográfico os tem subutilizado por crer que se identificam com as classes dominantes e com a Geografia Tradicional. PONTUSCHKA, PAGANELLI, e CACETE (2009, p. 59-69) lembram que as reformas introduzidas pelo Governo Federal ditatorial, como Estudos Sociais e a Lei de Diretrizes e Bases (5.692/1971), provocaram grande queda na qualidade do ensino público de Geografia e de História em todos os níveis nos anos 1970 e 1980. Lembram também, que a reação se iniciou nos anos 1980 com a luta de professores e geógrafos ligados à Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e a criação das primeiras Propostas Curriculares de Ensino de Geografia, numa busca de melhor formação dos professores.

Souza e Katuta (2001, p. 131-9) explicam que o importante processo que prepara o aluno para ler mapas chama-se leitura cartográfica e consiste em decodificar as convenções cartográficas, criar significados para a realidade mapeada, tentar conhecer uma realidade indiretamente e explicar essas territorialidades. Para compreender como a criança aprende, pesquisadores recorrem a estudos de Pestalozzi (ZANATTA, 2005, p. 168-174),

Piaget (Almeida e Passini, 1989, p. 22-5; CASTELLAR, 2005, p. 213-23) e Vigotsky (CAVALCANTI, 2005, p. 186-204; CAVALCANTI, 2010, p. 13). A esse respeito, Cavalcanti (2010, p. 87-8) comenta que a sequência didática mais indicada para conduzir uma aula parte do conhecimento prévio do aluno e apresenta-lhe a Geografia, trabalhando o ensino dos conceitos atuais da Disciplina.

Souza e Katuta (2001, p. 117) tratam a cartografia como instrumento no ensino de geografia e distinguem dois níveis de leitura de mapas, o simples (decodificar símbolos em mapas) e o complexo (decodificar e elaborar respostas às questões “O que? Onde? Por quê?”) e citam que os alunos têm níveis diferentes de leitura de mapas. São Paulo (Estado, 2010a, p. 32-3) afirma que desde 1995 o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) tem uma medida de proficiência do aprendizado dos alunos e que o Ministério da Educação (MEC) autorizou o uso à Secretaria de Estado da Educação (SEE)/SP, que possibilita comparar os resultados com o sistema nacional (SAEB). Mas a régua nacional não possuía os parâmetros para Geografia e História, criados pela SEE/SP em 2009, com os pontos "Abaixo do Básico, Básico, Adequado e Avançado". Assim, anos de trabalho em sala de aula e as leituras para esta pesquisa motivaram a criação de um referencial qualitativo para a proficiência no ensino de cartografia como auxílio no ensino de geografia, sintetizados no quadro 1.

| Nível de proficiência | Souza e Katuta (2001) – (1)                                                                                             | SEE/SP (2010a) – (2) | Proposta deste autor                                                                                                                                                   |
|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                       |                                                                                                                         | Abaixo do básico     | O aluno não decodifica mapas, pois não decifra legenda e outras convenções                                                                                             |
| Simples               | Apenas decodifica símbolos presentes nos mapas                                                                          | I – Básico           | Alfabetização cartográfica iniciada: já decodifica símbolos em mapas                                                                                                   |
| Complexo              | Além de decodificar símbolos, elabora respostas às questões e chega ao raciocínio geográfico. Ocorre a leitura de mapas | II – Adequado        | Alfabetização cartográfica concluída: já responde a “O que?” e “Onde?”                                                                                                 |
|                       |                                                                                                                         | III – Avançado       | Responde a “Por quê?” = relaciona a linguagem cartográfica com a realidade do espaço geográfico local (elos horizontais) e deste com o global (elos verticais) em rede |

Organizado pelo autor com base em Souza e Katuta (2001, p. 132-7), São Paulo (ESTADO, 2010a, p. 61-4), São Paulo (ESTADO, 2010b, p. 83-113), Haesbaert (2002, p. 101-16; 2011, p. 289-93), Moreira (2009, p. 158-9) e Santos (2006, p. 262-3; 267-71; 287-8).

#### **Quadro 1. Proficiência em Cartografia como ferramenta de ensino de Geografia**

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) os objetivos da Cartografia no terceiro ciclo do Ensino Fundamental (6º-7º anos) são: reconhecer a importância como linguagem no trabalho das representações do espaço geográfico em diferentes escalas espaciais (BRASIL, 1998, p. 53; 78); desenvolver a capacidade de leitura, comunicação oral e representação de imagens, desenhos, plantas, maquetes para que o aluno leia o mapa (p. 77); priorizar a grande escala para garantir ao aluno detalhamento de fatores de seu espaço de vivência; comprometimento com as novas correntes de pensamento geográfico e cartográfico para orientar o aluno a se tornar mapeador consciente e leitor crítico de mapas (p. 77). Já os PCNs de Ensino Médio (BRASIL, 2000, p. 9-15) afirmam que o uso de tecnologias de outras Ciências na área de Ciências Humanas permite a reflexão sobre as relações da tecnologia com a totalidade cultural da vida humana. Como certas competências e habilidades de Geografia envolvem Cartografia, sugere-se que os alunos sejam capazes de reconhecer e utilizar as escalas cartográfica e geográfica para organizar e conhecer localização, distribuição e frequência de fenômenos naturais e humanos (BRASIL, 2000, p. 35).

Segundo o Currículo de Ciências Humanas e Suas Tecnologias do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, Estado, 2010, p. 74-113), cabe ao ensino de Geografia na educação básica desenvolver linguagens e princípios para que o aluno leia e compreenda o espaço geográfico contemporâneo como uma totalidade articulada (p. 77). A alfabetização cartográfica ocorre nos primeiros bimestres do 6º e do 7º anos do Ensino Fundamental e se completa no primeiro bimestre do 1º ano do Ensino Médio (Cartografia e poder: as projeções cartográficas e as técnicas de sensoriamento remoto). No 7º ano surge o tema desta pesquisa no primeiro bimestre: “O território brasileiro, a cartografia da formação territorial do Brasil” (p. 87-8) nos cadernos do aluno, que trazem mapas históricos brasileiros sobre o tema. Este tema ressurge no primeiro bimestre do 2º ano do Ensino Médio: “Território brasileiro: a cartografia da gênese do território – do arquipélago ao continente” (p. 105), onde as principais habilidades esperadas são: ler e interpretar mapas e gráficos para identificar singularidades das etapas da formação territorial do país; identificar dados, representações e informações nos mapas para comparar as diferentes etapas de seu processo de formação territorial. Assim, inicia-se a fundamentação histórico-geográfica do processo com os conceitos e, depois, as etapas da formação territorial brasileira.

## Conceitos fundamentais para o trabalho com o tema na sala de aula

**Território:** é o conceito fundamental deste artigo, devido às importâncias geográfica e geopolítica e necessita ser corretamente definido e cartografado nas escalas geográfica e histórica para ser aceitável científica e didaticamente para um ensino de qualidade:

[...] Trabalhar com os alunos na construção de um conceito de território como um campo de forças, envolvendo relações de poder, é trabalhar a delimitação de territórios na própria sala de aula, no lugar de vivência do aluno, nos lugares por ele percebidos (mais próximos – não fisicamente – do aluno); é trabalhar elementos desse conceito – territorialidade, nós, redes, tessitura, fronteira, limites, continuidade, descontinuidade, superposição de poderes, domínio material e não material – no âmbito do vivido pelo aluno (CAVALCANTI, 2010, p. 110).

Podemos resumir, então, falando de três “tipos ideais” em relação às formas de organização espaço-territorial: os territórios-zona, mais tradicionais, forjados no domínio da lógica zonal, com áreas e limites “(fronteiras)” relativamente bem demarcados e com grupos mais “enraizados”, onde a organização em rede adquire um papel secundário; os territórios-rede configurados, sobretudo na topologia ou lógica das redes, ou seja, são espacialmente descontínuos, dinâmicos (com diversos graus de mobilidade) e mais suscetíveis a sobreposições; e aquilo que denominamos “aglomerados”, mais indefinidos, mais vezes mesclas confusas de territórios-zona e territórios rede, onde fica muito difícil identificar uma lógica coerente e/ou uma cartografia espacialmente bem definida (HAESBAERT, 2011, p. 306).

Também com base em Haesbaert (2011), a definição acima pode ser aprofundada (**Quadro 2**) considerando-se que, concomitantemente ao processo de formação de território, ocorrem os processos de desterritorialização (DT) e reterritorialização.

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1. Territórios em concepções mais materialistas</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <p><b>1.1. Território como espaço material ou <i>substratum</i></b></p> <p>1.1.1. Materialidade: DT Como ciberespaço ou mundo "virtual"</p> <p>1.1.2. Distância física: DT como "fim das distâncias"</p> <p>1.1.3. Recurso "natural" ou abrigo: DT da Terra" (?)</p> <p><b>1.2. Território como um espaço relacional mais concreto</b></p> <p>1.2.1. "Fator locacional" econômico (dependência local) - DT como "deslocalização"</p> <p>1.2.2. Dominação política ("área de acesso controlado"): DT como "mundo sem fronteiras"</p> |
| <b>2. Território em perspectivas mais idealistas</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Território como espaço relacional simbólico (espaço de referência identitária, "valor"): DT como hibridismo cultural, "desenraizamento" ou identidades múltiplas, sem referência espacial nítida                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>3. Território em perspectivas mais "totalizantes" ou integradoras</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <p>3.1. "Experiência total do espaço" (território-zona) [Chivallon]</p> <p>3.2. Espaço <i>mobile</i> funcional-expressivo (território-rede) [Deleuze e Guattari]</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |

Fonte: Haesbaert (2011, p. 338-9)

## Quadro 2. Esquema dos conceitos de território e desterritorialização

**Limites:** Coelho (1992, p. 17) cita que, para Lapradelle, todo limite, como sucessão de pontos, é por essência artificial (“La nature a horreur des lignes”<sup>1</sup>). De acordo com o mesmo autor, Raffestin prefere o termo limite para expressar a noção geral de margem externa. Assim, entendemos que limite é apenas a linha demarcatória que separa territórios (como zonas contíguas) entre duas unidades político-administrativas.

**Fronteiras:** as duas definições abaixo são muito pertinentes:

“Fronteiras são a delimitação espacial do Estado, a sua evidência territorial [...]. Estados sempre souberam que as fronteiras, mais que linhas divisórias, são pontos de contato com o espaço exterior. Antes de separar, elas aproximam. Antes de segregar, viabilizam fluxos e influências. São superfícies porosas de contato do território estatal com outros territórios, outros estados. Com outras realidades sociais, econômicas e políticas. Testemunhas da existência do Outro” (MAGNOLI, 1994, p. 10).

“Fronteira hoje, portanto, não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros ou camponeses. É um espaço também social e político, que pode ser definido como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas. A fronteira é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, a torna uma região estratégica para o Estado, que se empenha em sua rápida estruturação e controle (BECKER, 1990, p. 11).”

## **Formação do território brasileiro**

É nítida a formação territorial do Brasil em duas frentes ainda em curso. No continente os limites políticos foram concluídos no início do século XX, mas no oceano o processo ainda não terminou. Porém, tanto na frente continental quanto na oceânica, o espaço geográfico brasileiro ainda está em formação e veremos as duas frentes a partir de agora.

### **I – Formação do território continental**

Como antecedentes do povoamento europeu, CARVALHO (1991, p. 180-4) e MORISON (ca. 1940, p. 80) referem-se a Duarte Pacheco Pereira (capítulo II de *Esmeraldo de Situ Orbis*), como o descobridor do Brasil, numa clara tese intencionalista. Mas Morison (ca. 1940, p. 85) prefere a tese do acaso da descoberta e alguns argumentos são: a surpresa geral dos marinheiros de Cabral e o interesse e dever de D. Manuel em reclamar as terras a oeste da linha de Tordesilhas assim que comprovadas (MORISON, ca. 1940, p. 85).

De acordo com Moraes (2000, p. 231), a Espanha reconheceu a soberania portuguesa sobre o Brasil apenas na conferência de Badajoz (1522). Até a década de 1530, Portugal não

<sup>1</sup> “A natureza tem horror a linhas” (tradução livre deste autor).

construíra feitorias, nem colonizara a terra, só utilizada como escala para a viagem à Índia, mas, mesmo lentamente, os portugueses incorporavam ao império todas as terras descobertas (MORAES, 2000, p. 290). A lenta colonização do Brasil começa com a divisão da costa em Capitanias e tem o objetivo de “valorizar a terra virgem”, gerando uma presença pontual privada na imensa costa cheia de grandes vazios<sup>2</sup> (MORAES, 2000, p. 231). O objetivo da colonização era geopolítico, pois a exploração econômica era uma necessidade para a defesa do Brasil; torná-lo produtivo servia para custear essas despesas, além de garantir a posse de vários pontos da costa (MORAES, 2000, p. 299).

Segundo Moraes (2000, p. 365-6), na União Ibérica (1580-1640) houve grande expansão das áreas ocupadas na colônia ao derrubar os limites do Tratado de Tordesilhas. Mas também houve fragmentação da colônia portuguesa, devido à lógica imperial hispânica, que atraiu os conflitos da Europa e resultou nas invasões francesas e holandesas, gerou reações, novos fluxos e articulações entre os núcleos de ocupação. No final da dominação espanhola, o território colonial português estava cindido e sua soberania ameaçada ou destituída em várias áreas. No Norte o Maranhão era outra colônia, ligada diretamente à Espanha; o litoral nordestino, de Alagoas ao Maranhão, estava sob domínio holandês; em Alagoas, o Quilombo de Palmares era um estado africano em terras americanas e as áreas meridionais da colônia estavam ocupadas por missões católicas, ligadas a Roma.

Assim, a integridade do território da América Portuguesa só se concretizou na segunda metade do século XVII após: a expulsão dos holandeses de Pernambuco, a anexação das terras do sertão de fora na Guerra dos Bárbaros, a destruição do Estado afro-brasileiro de Palmares, a colonização das terras de Alagoas sertão adentro até as Gerais e ao Maranhão, integrando-o ao Brasil e, no Sul, a destruição das missões, que abriu os campos gerais e as vacarias do sul à exploração portuguesa. Assim, no final dos Seiscentos havia o controle pleno de uma superfície considerável, com núcleos de ocupação, inclusive alguns na escala de regiões (Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro), pois agrupavam uma rede de povoações inter-relacionadas, num espaço de povoamento contínuo (Moraes, 2000, p. 402).

Para sacramentar esse território, Andrade (1989, p. 9; 16), explica que Alexandre de Gusmão, diplomata português nascido no Brasil, utilizou no Tratado de Madri (1750) o princípio do *Uti Possidetis*<sup>3</sup> para delimitar as fronteiras entre colônias portuguesas e espanholas. Isto expandiu o território da América portuguesa a oeste, mas beneficiou os

---

<sup>2</sup> São as ilhas continentais. Ver os cadernos do 2º ano EM, vol. 1: aluno (2010), p. 4-7 e prof. (2009), p. 14-5.

<sup>3</sup> O direito ao território deveria caber ao povo que o povoara, após a conquista aos primeiros habitantes.

espanhóis na Ásia, que ocuparam as Filipinas. Em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso deu vantagem à Espanha que entregou a ilha de Santa Catarina e recebeu as Missões, o Sacramento, o oeste do Rio Grande do Sul e fez do arroio Chuí o limite litorâneo. O controle das duas margens do rio Uruguai deu aos espanhóis o direito de navegação exclusiva do rio, o controle da porção sul da bacia Platina e consolidou suas vias de penetração para o interior do continente (ANDRADE, 1989, p. 16-7). Mas, em 1801 os Sete Povos das Missões (sudoeste do Rio Grande do Sul) voltaram ao controle português, quando soldados brasileiros retomaram a região (FERREIRA, 1985, p. 102).

Gomes (2009, p. 100) lembra que, em 1807, D. João VI, em fuga da Europa castigada por Napoleão Bonaparte, fez uma escala na Bahia em busca de apoio político e, na época, o Brasil era um amontoado de regiões relativamente autônomas, sem comércio entre si ou qualquer outra forma de relacionamento. Assim, “mantida por três séculos isolada no atraso e na ignorância, a colônia era composta por verdadeiras ilhas escassamente habitadas e cultivadas, distantes e estranhas entre si” (GOMES, 2009, p. 115).

De acordo com Gomes (2009, p. 291-5), a preservação da integridade territorial na fase da independência foi a grande conquista de D. João VI, pois a mudança da corte portuguesa diminuiu os conflitos regionais e evitou a separação entre as províncias. Segundo o autor, para José Bonifácio e outros líderes da Independência, o Brasil era no início do século XIX um país quase indomável. Havendo a Independência, seria imperioso impedir a instauração da república no Brasil e a solução proposta foi manter uma monarquia centralizada, forte e capaz de impedir insurreições populares e movimentos separatistas.

Segundo Campos e Dolhnikoff (2001, p. 28-35), o Brasil manteve-se unido após a independência por um pacto das elites regionais com a monarquia do Rio de Janeiro para preservar a ordem escravista - ameaçada por pressões inglesas para abolir o tráfico negreiro - e pelo temor de uma revolta escrava como a do Haiti, um século antes. A instauração do poder provincial pelo Ato Adicional de 1834 delegou certa autonomia política, tributária, policial e legislativa aos grupos provincianos e levou os grupos regionais a aceitarem certo grau de comprometimento político com o Estado Central. Financeiramente, taxar a economia do Nordeste era a única fonte de renda do Estado nascente. A Corte carioca necessitava ampliar a centralização do regime aumentando o poder de polícia do governo central nos lugares mais distantes para manter a população sob controle e, para isto, substituiu a justiça privada pela pública (garantindo o monopólio da administração da justiça ao Estado nacional) e a moral de costumes pelo código de regras promulgado pelo Estado. Finalmente, o Estado manteve a

ordem escravista, absorveu seus elementos e implantou uma fachada parlamentarista durante o regime monárquico.

No plano do domínio territorial, Andrade (1989, p. 20-33) cita que no período monárquico brasileiro as questões de relevo foram as invasões a Caiena e ao Uruguai, a questão de Chiquitos, a Guerra do Paraguai e as pretensões estrangeiras sobre a Amazônia. D. João ocupou militarmente Caiena (1810 a 1817) que, pelo Tratado de Utrecht, pertencia à França, mas a ação permitiu manter o controle sobre o Amapá. No Sul, o Uruguai também foi invadido por D. João (1816) e anexado (1821 - Província Cisplatina), mas tornou-se independente em 1828, dando ao Império o direito à livre navegação na bacia platina.

Na Questão de Chiquitos (1825), o governador das províncias de Moxos e Chiquitos na Bolívia, quis integrá-las ao Império do Brasil, esperando a Espanha restaurar seu poder na América; Sucre reagiu disposto à guerra com o Brasil, mas Bolívar aconselhou a expulsão dos brasileiros. O Império anulou as decisões do Mato Grosso, determinou a volta das tropas ao Brasil e evitou a guerra com a Bolívia, que continuou disputada por Argentina, Paraguai e Brasil. Argentina e Paraguai anexaram grandes partes do Chaco e o Brasil levou a ferrovia até Santa Cruz de La Sierra, tornando o porto de Santos um dos escaadouros da região de Chiquitos, também integrada a Buenos Aires por ferrovia (ANDRADE, 1989, p. 24-6).

A Guerra do Paraguai (1865-1870). Independente em 1811, o Paraguai tentou se livrar dos domínios espanhol e argentino buscando uma saída para o mar pela guerra, feita por Solano López. O Brasil anexou o Alto Paraguai e a Argentina anexou *Missiones* e grande parte do Chaco, menos o Chaco Boreal porque o Brasil conteve o aumento de sua influência próximo ao Mato Grosso, garantindo a livre navegação no rio Paraguai e a comunicação de Mato Grosso com as demais províncias do Império (ANDRADE, 1989, p. 27-30).

Após a independência, para garantir a soberania sobre a Amazônia, o Brasil manteve a interdição da navegação a barcos de outros países alegando que a posse das duas margens do rio Amazonas dava-lhe este direito, mas o Império defendia a livre navegação no rio da Prata, que a Argentina pretendia controlar. Os EUA pretendiam anexar a Amazônia no século XIX, mas sua demora em conquistar o espólio do Império espanhol nas Antilhas e a medida do Governo Imperial (1866) que permitiu a navegação de barcos estrangeiros, acalmaram os estadunidenses que desistiram do plano. Após a Proclamação da República, os norte-americanos passaram a reivindicar a compra de terras na região, resultando, anos mais tarde, por exemplo, na Fordlândia e no Projeto Jari, além de manobras nos países amazônicos sob a velha máxima “dividir para reinar” (ANDRADE, 1989, p. 31).

Para Andrade (1989, p. 41-6) e Vezentini (1987, p. 115-7) o período Republicano trouxe forte centralização administrativa, contribuindo para a unidade do Brasil, nos governos Vargas (1930-1945; 1951-1954), J. K. (1956-1960) e militar (1964-1985). Sobre a definição das fronteiras terrestres, Andrade (1989, p. 34-7) cita as Questões de Palmas, das Guianas (Francesa e Inglesa) e do Acre<sup>4</sup>. A Questão de Palmas (Missões) foi uma disputa fronteira com a Argentina que ambicionava terras dos atuais Paraná e Santa Catarina, afirmando que os rios Cochim e Chapecó eram a divisa entre os dois países (área das Missões), mas para o Brasil a demarcação seria nos rios Peperiguassu e Santo Antônio, a oeste. O caso foi submetido à arbitragem do presidente Glover Cleveland dos EUA, que deu ganho de causa ao Brasil em 1895 (ANDRADE, 1989, p. 36-7).

Questão das Guianas. O Tratado de Utrecht estabelecia a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa no rio Vicente Pinzon, mas, para dominar terras até as proximidades do rio Amazonas, os franceses diziam que o rio Araguari seria tal rio e entraram em grandes áreas a leste do rio Oiapoque. Após mais de um século, os dois países submeteram a questão à arbitragem do presidente da Suíça, Walter Hauser, que deu ganho de causa ao Brasil em 1900 e fixou a fronteira no rio Oiapoque (ANDRADE, 1989, p. 35). Os ingleses formaram sua Guiana após a conquista de terras da Guiana Holandesa e da Venezuela no século XIX, a qual, até ao presente reivindica extensas áreas a oeste do rio Essequibo à Grã-Bretanha. A disputa entre Brasil e Grã-Bretanha só “foi resolvida em 1904 pelo laudo arbitral do Rei da Itália, que dividiu a área entre os dois países” (ANDRADE, 1989, p. 36).

Questão do Acre. Segundo Andrade (1989, p. 36), no Tratado de Madri (1750), o Acre, parte do Amazonas e de Rondônia eram da Bolívia, que não ocupou a região, que foi povoada por seringueiros nordestinos. Não querendo perder mais terras, o país fez um acordo com os EUA e arrendou o território em disputa ao *Bolivian Syndicate* para barrar o avanço dos seringueiros liderados por Plácido de Castro, já preparados para a luta armada. Mas o barão do Rio Branco fez um acordo diplomático onde o Brasil comprou o Acre por £ 2 milhões, construiu a ferrovia entre os rios Madeira e Mamoré para escoar a produção boliviana pelo Atlântico e fez algumas retificações de fronteira na região de Rondônia.

Mas, segundo Góes Filho (2002, p. 123-5), houve uma interrupção na linha de limites do Brasil quando o Peru cedeu a soberania sobre o trecho Tabatinga-Apaporis à Colômbia

---

<sup>4</sup> Haveria uma 4ª questão: um litígio fronteira entre Paraguai e Brasil, “resolvido” com o lago de Itaipu e a criação do Refúgio Biológico de Maracaju (SEQUEIRA, 2008).

(Trapézio de Letícia) em 1922. Ferreira (1985, p. 268) lembra que o Peru concordara na gestão do barão do Rio Branco a ficar com 39 mil km<sup>2</sup> dos mais de 400 mil km<sup>2</sup> reclamados ao Brasil. Porém, segundo Góes Filho (2002, p. 123-5), foi em 1928, na gestão de Octávio Mangabeira no Itamaraty, que a Colômbia voltou a aceitar a linha de 1909 (a mesma do Tratado de 1851 com o Peru), importante por ter sido o primeiro Tratado de limites feito pelo Império, que manteve a doutrina do *Uti Possidetis*<sup>5</sup> até a era Rio Branco.

De acordo com Andrade (1989, p. 37), os demais limites fronteiriços com os países vizinhos do Brasil foram estabelecidos com o Uruguai (1851), Venezuela (1859) e Colômbia (1907). Segundo Ferreira (1985, p. 268), na gestão do barão do Rio Branco houve resolução de problemas com a Guiana Holandesa, Colômbia e até com o Uruguai, ao qual o Brasil cedeu o condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão. Após este resgate histórico da evolução territorial do país, apresentamos o mapa modelo (**figura 1**) feito sobre um mapa da internet, editado e completado por este autor, para servir de padrão para análise dos mapas dos livros didáticos quanto aos limites territoriais e à precisão da escala histórica dos mesmos.

Antes de concluir o item, lembramos que a integração do território nacional aconteceu a partir da opção política de construção da nova capital no Planalto Central na segunda metade da década de 1950. Foi um momento decisivo no processo de integração econômica do território nacional em que a região Nordeste passou por uma expansão agrícola sob planejamento econômico para a correção do seu atraso frente ao Sudeste. O Centro-Oeste, como região, foi criado naquele momento e a construção de Brasília, e das rodovias ligando-a aos grandes centros urbanos do País, desempenharam papel importante nesse processo (VEZENTINI, 1987, p. 122).

Segundo Becker (1990, p. 94-5), restava integrar a fronteira amazônica para coibir a ingerência internacional nas decisões soberanas sobre seu território, fato em que Brasil e países amazônicos vizinhos concordam. As relações transfronteiriças são prioritárias para o Brasil na Amazônia porque as fronteiras políticas são áreas instáveis e imprevisíveis quanto às reações de populações locais e de pressões externas, tornando-se desafios à consolidação da soberania, pois a grande extensão e imensa distância do centro de poder nacional do Brasil dificultam o controle (BECKER, 2005, p. 265).

---

<sup>5</sup> Criada por Alexandre de Gusmão para o Tratado de Madri em 1750, com base no direito romano.



**Figura 1. Brasil: delimitação de fronteiras terrestres (Mapa padrão).** Adaptado pelo autor com base na bibliografia. Fonte da figura: <http://www.portaleducacional.com.br>.

Para o mesmo autor, a presença das Áreas de Preservação (APs) na Amazônia Legal gera conflitos entre duas ordens de competência administrativa justapostas no território: a ordem federativa (União, Estados e Municípios) e a da legislação de proteção ao meio ambiente. Vários municípios têm seu território regulado simultaneamente pela malha político-administrativa submetida ao poder da União e/ou dos estados e pela legislação ambiental, que,

de certo modo, rompe a hierarquia da ordem federativa. Mas a presença das Forças Armadas, representando o Estado brasileiro, é um dos fatores de estabilização da região e a outra vertente é a integração econômica entre as nações vizinhas.

Assim, para Becker (2005, p. 265-7), as cidades gêmeas da faixa de fronteira terrestre do país, principalmente na Amazônia, são muito importantes na perspectiva dos desafios futuros na gestão do território e na difusão do desenvolvimento sócio-econômico e cultural e da manutenção do meio ambiente e da qualidade de vida destas populações do Brasil e das nações vizinhas. Portanto, o Governo Federal lançou o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) para estimular o desenvolvimento e a integração regional nas fronteiras com os países vizinhos, reforçando o caráter estratégico da região para a competitividade do país e a integração continental, pois desenvolver a Faixa de Fronteira é importante diretriz da política nacional e internacional brasileira (BRASIL, 2011).

## **II – Formação do território oceânico**

Para Juaçaba Filho e Camillo (2006, p. 27-8), o início do povoamento do Brasil é visto como a fixação entre os vazios continental e oceânico, além da vocação marítima. Segundo MORAES (2000), compreende-se que o Brasil se formou em três vertentes: litoral e bacia amazônica portuguesas e bacia platina portuguesa/espanhola. Carvalho (2006, p. 256) cita que em terra houve tratados, expansão do território continental até a floresta amazônica e pergunta o que aconteceu no mar para explicar que, historicamente, os Estados costeiros aceitavam um mar territorial de apenas três milhas marítimas de largura desde a linha de costa (5,55 km mar adentro – correspondente ao alcance dos antigos canhões dos fortes do litoral).

Apenas no fim da década de 1950 a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a discutir a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM) devido à necessidade de um novo ordenamento jurídico para o mar e às descobertas de riquezas que poderiam gerar crises entre os países, como a “Guerra da Lagosta” (fevereiro de 1963) quando barcos franceses pescaram em águas brasileiras (CARVALHO, 2006, p. 256). Nas reuniões da ONU, representantes brasileiros propuseram a ampliação do mar territorial para 12 milhas, a criação da Zona Contígua de 12 milhas após o mar territorial e ainda a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) com 200 milhas de largura, englobando mar territorial e Zona Contígua e, por isto, o Brasil estabeleceu seu mar territorial com 200 milhas na década de 1970, antes da CNUDM entrar em vigor, no que foi seguido por outros países (CARVALHO, 2006, p. 256-7).

O autor informa que a ONU adotou a CNUDM apenas em 1982 e que o Brasil foi um dos países que logo a ratificou, por ser de seu interesse, mas contém dois pontos polêmicos: 1) A exploração dos recursos vivos só pode ser feita na ZEE se o Estado costeiro provar capacidade para tal, pois, do contrário, a Convenção prevê que o estado costeiro está obrigado a permitir que outros estados o façam. Porém, o Brasil provou ser capaz de explorar a ZEE com o Programa Recursos Vivos da ZEE (REVIZEE); 2) A CNUDM permitiu que estados costeiros apresentassem à Comissão de Limites da ONU pleitos sobre o prolongamento da Plataforma Continental (PC), que excedesse as 200 milhas da ZEE até ao limite de 350 milhas da linha da costa (CARVALHO, 2006, p. 256). No prolongamento, o estado costeiro tem direito a utilizar os recursos do solo e do subsolo marinho, mas não os recursos vivos da camada líquida. O Brasil foi o segundo país a solicitar a ampliação do limite da PC à ONU (setembro de 2004) e, se a petição for acatada integralmente, acrescentará quase 900 mil km<sup>2</sup> na jurisdição nacional que, somados aos 3,5 milhões de km<sup>2</sup> da ZEE chegará a 4,5 milhões de km<sup>2</sup>, a “Amazônia Azul” da Marinha, elevando o território brasileiro a 12,9 milhões de km<sup>2</sup> (CARVALHO, 2006, p. 256-8).

Segundo Monteiro (2007), dos 900 mil km<sup>2</sup> pretendidos, a ONU já autorizou o País a incorporar 712 mil km<sup>2</sup> de extensão da PC além das 200 milhas naquele ano, garantindo a soberania dos recursos naturais do solo e subsolo marinhos. Mas as discussões prosseguem sobre direitos a 250 mil km<sup>2</sup> ainda reclamados pelo País, significando que, até o presente, o Brasil não concluiu a definição de limites territoriais no mar e nas fronteiras econômicas na plataforma continental. Por isto, em 07 de Setembro de 2010, Madueño (2010) informa que a Resolução da Comissão Interministerial para os Recursos do mar (Cirm) incluiu indiretamente no território nacional 238 mil km<sup>2</sup> da área que o Brasil reivindica à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) das Nações Unidas. Como, sob as Leis de Direito Internacional nenhum país pode explorar área em negociação com a ONU, as reservas de petróleo da camada pré-sal estão sob proteção especial pela Resolução, que proíbe empresas e Estados estrangeiros de explorar a plataforma continental sem autorização do governo. As cinco áreas pretendidas pelo Brasil na plataforma continental, equivalente ao Ceará, são: platô de São Paulo, aceita integralmente pela ONU, cone do Amazonas, cadeias Norte brasileira, Vitória e Trindade, além da margem continental Sul, onde a negociação continua. Portanto, “nossa última fronteira está sendo traçada no mar” (CARVALHO, 2006, p. 256), enquanto as fronteiras políticas terrestres já o foram, mas as demográficas e econômicas ainda não estão, o que é um trabalho para o povo brasileiro do século XXI...

## ANÁLISE DOS DADOS GERAIS E RESULTADOS

### Pesquisa documental com livros didáticos sobre a formação territorial do Brasil.

Após a análise das obras, elaborou-se o quadro 3 que mostra a abrangência dos conceitos e preocupação com o mapeamento correto das fronteiras terrestres.

| Conceitos                           | Obra A (cap. 11 e 18)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Obra B (cap. 8, 9 e 15)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Obra C (Cap. 1, 4, 10)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Território                          | Zona e Rede (totalizante) dentro do Brasil, mas em relação aos vizinhos vê os territórios em concepções mais materialistas.                                                                                                                                                                                                           | Materialista ao apresentá-lo como espaço material ( <i>substratum</i> ); apresenta perspectiva idealista.                                                                                                                                                                                                                                                            | Zona e Rede (totalizante), mas para os países vizinhos define territórios mais materialistas. Define território em consonância com a revisão bibliográfica deste trabalho.                                                                                                                                                                                                                                        |
| Formação Territorial                | Apresenta e explica o conceito de América Portuguesa no cap. 11, onde inicia o assunto apenas na Independência (1822). No cap. 18, apresenta o século XVIII, quando trata da ocupação da Amazônia.                                                                                                                                    | No cap. 8 faz coerente resgate da história da formação territorial, desde Tordesilhas até ao séc. XIX, mas não trata da divisão da América Portuguesa. No cap. 9 prossegue com a integração do território “via” Brasília e órgãos de planejamento regional.                                                                                                          | Cobre satisfatoriamente do período colonial ao presente. Traz a fragmentação da colônia, o conceito de América Portuguesa descentralizada e o território desarticulado; o centralismo no Império e na República; transferência da capital para o Brasil Central e as faixas de fronteira terrestre e oceânicas atuais, só não trata das cidades gêmeas.                                                           |
| Fronteiras Terrestres               | Trata da atualidade amazônica e de seus espaços areolares e a presença do Estado (Calha Norte, SIVAM); não cita cidades gêmeas. Traz noções de fronteiras econômicas, demográficas e políticas.                                                                                                                                       | No cap. 8 traz a formação territorial e cita apenas os Tratados de Tordesilhas (1494) e Madri (1750). O cap. 9 dedica-se ao séc. XX e cita fronteiras econômicas (como agrícolas).                                                                                                                                                                                   | Comenta as faixas de fronteira atuais, mas não cita as cidades gêmeas. Traz as fronteiras econômicas, demográficas e geopolíticas (linhas de limites ou “fronteiras mortas”).                                                                                                                                                                                                                                     |
| Fronteiras Oceânicas                | Não trata do assunto.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Não trata do assunto.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | No cap. 1 há um perfil longitudinal, mas não há mapa de limites oceânicos. Há um mapa das reservas de petróleo da camada pré-sal, na p. 131.                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Cartografia da Formação Territorial | O mapa (fig. 2a) tem linhas de limites incorretas na Amazônia, exceto o Acre. No capítulo 18 (Amazônia) traz cartografia adequada, mas não cita as cidades gêmeas; mostra faixa de fronteiras só na Amazônia Setentrional (Programa Calha Norte). Não trata das fronteiras oceânicas nem apresenta cartografia a respeito do assunto. | Os mapas do cap. 8 (Tordesilhas e séculos XVII ao XX) estão semelhantes nos erros: RR, AP, MT, (fig. 2b). No cap. 9 o bom destaque é o mapa da distribuição da população brasileira (2007). No cap. 15 a cartografia temática é bem elaborada, mas não traz cidades gêmeas nem faixa de fronteira, não trata de fronteiras oceânicas e nem a cartografia do assunto. | Surge nos caps. 1, 4 e 10; é satisfatória, com imprecisões de escala histórica. Porém o mapa da gênese das fronteiras do Brasil (fig. 2c.) contraria toda a cartografia já produzida e desconsidera o conflito na região do Acre e Amazonas (trapézio de Leticia). Além disso, o mapa da organização territorial do Brasil no século XIX (fig. 2d) insiste em colocar o Acre como território brasileiro na época. |

**Quadro 3. Ocorrência de referências sobre os diferentes sentidos dos termos**

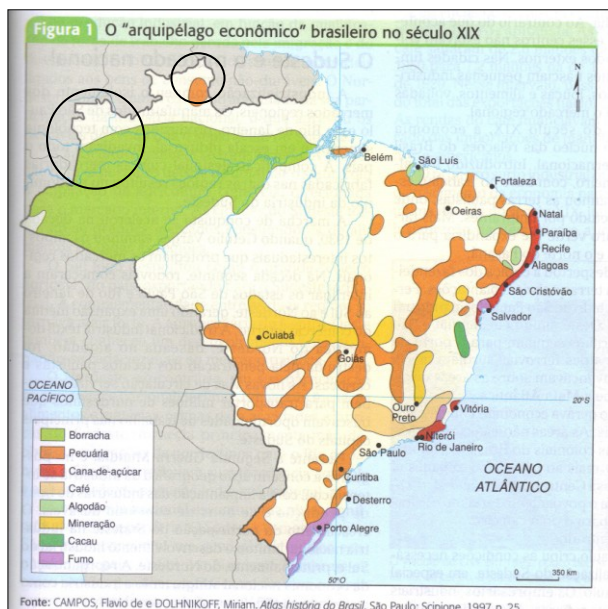


Figura 2a: Araújo e Magnoli (2005, p. 189)



Figura 2b: Bologian e Boligian (2010, p. 112)



Figura 2c: Magnoli, 2010 (p. 22)



Figura 2d: Magnoli, 2010 (p. 58).

## Figura 2. Exemplos de erros nas escalas histórica e geográfica

As áreas em destaque foram estabelecidas em datas posteriores às representadas nos mapas.

## Considerações Finais

As revisões bibliográficas e cartográficas permitiram-nos adquirir uma visão dos conceitos de Geografia e Cartografia pertinentes ao tema da formação territorial do Brasil considerando as escalas geográficas e históricas. Após a criação do padrão de avaliação da

proficiência no aprendizado em cartografia (para usos futuro) e do mapa padrão sobre a formação territorial do país, há mais subsídios para um melhor processo de ensino-aprendizagem do tema no 7º ano do Ensino Fundamental e no 2º ano do Ensino Médio.

Quanto à análise dos textos sobre a formação territorial do Brasil nos livros da amostra não houve um tratamento completo do processo e dois livros ignoraram a atual formação do território brasileiro que compreende a plataforma continental sob o Oceano Atlântico. A comparação do mapa modelo da formação territorial do Brasil com os dos livros didáticos da amostra evidenciou, realmente, inconsistências geográfico-históricas que precisam ser sanadas em edições futuras dos respectivos livros.

### Abstract

This research is about the formation of Brazilian territory. We make a pedagogic review of geography teaching by cartography aid, by concepts (territory, boundaries and borders) and by the Country's process of territorial borders formation in Continent and in Ocean. We made two products: a parameter to evaluate proficiency levels in cartography as a tool of Geography teaching to aid to evaluate pupils learning in theme (to future) and a standard map from Brazilian's territorial boundaries formation process. Finally, we analyzed texts and maps of three didactical books to verify the adequacy to teaching & learning process in this theme and we made our conclusions.

Keywords: Brazil, territory, boundaries, cartography.

### Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.
- ARAÚJO, Regina, Magnoli, Demétrio. **Geografia: A construção do mundo**. Geografia Geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 2005.
- ALMEIDA, R. D., PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico: ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1989.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.
- BECKER, Bertha K. **Por que não perderemos a soberania sobre a Amazônia**. Região Amazônica: uma análise geopolítica. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre (Org.) **Que País É Esse? Pensando o Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Globo, 2005, p. 245-281.
- BOLIGIAN, Levon. BOLIGIAN, Andressa T. A. **Geografia: espaço e vivência**. Volume 2, Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/fronteira.asp?area=spr\\_frenteira](http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/fronteira.asp?area=spr_frenteira)>. Acesso em: 14 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Área de abrangência. Disponível em: [http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/faixa/abrangencia.asp?area=spr\\_frenteira](http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/faixa/abrangencia.asp?area=spr_frenteira). Acesso em: 14 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/ SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio): Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias** / Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2011.

CAMPOS, Flávio de. DOLHNIKOFF, Miriam. **Manual do Candidato: História do Brasil**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. **Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

CARVALHO, Roberto de Guimarães. **No mar, nossa última fronteira**. In: Serafim, Carlos Frederico Simões (Coord.), CHAVES, Paulo de Tarso (Org.). **Geografia: ensino fundamental e médio: o mar no espaço geográfico brasileiro**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Capítulo 9, p. 255-60.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. **Educação Geográfica: A Psicogenética e o Conhecimento Escolar**. In: Caderno Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 165-184, maio/ago. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a05v2566.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2011.

CAVALCANTI, L. S. **Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao Ensino de Geografia**. Caderno Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 185-207, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a04v2566.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. 16ª Ed. Campinas: Papirus, 2010.

COELHO, Pedro Motta Pinto. **Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=47&Itemid=4](http://www.funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=47&Itemid=4). Acesso em: 13 out. 2011.

FERREIRA, Olavo Leonel. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 10ª Ed. 1985.

GÓES FILHO, Synesio Sampaio. **Fronteiras: o estilo negociador do Barão do Rio Branco como paradigma da política exterior do Brasil**. In: CARDIM, Carlos Henrique, ALMINO, João (Org.). **Rio Branco, A América do Sul e a modernização do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2002. p. 123-5. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca-digital/biografias-e-memorias>. Acesso em: 19. out. 2009.

GOMES, Laurentino. **1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª ed. 2011.

JUAÇABA FILHO, Geraldo Gondim. CAMILLO, Jorge de Souza. **O uso racional do mar**. In: Serafim, Carlos Frederico Simões (Coord.), CHAVES, Paulo de Tarso (Org.). **Geografia: ensino fundamental e médio: o mar no espaço geográfico brasileiro**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Capítulo 2, p. 27-40.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 3ª Ed. 1993.

MADUEÑO, Denise. **País amplia fronteira marítima pelo pré-sal**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-estado-de-sao-paulo/2010/09/07/pais-amplia-fronteira-maritima-pelo-pre-sal/print-nota>. Acesso em: 24 out. 2011.

MAGNOLI, Demétrio. **Geografia para o ensino médio: Brasil, estado e espaço geográfico**. Volume 2. São Paulo: Saraiva, 2010.

\_\_\_\_\_. **O que é geopolítica**. São Paulo: Brasiliense, 4ª Ed. 1994.

MONTEIRO, Tânia. **ONU autoriza Brasil a ampliar limites de sua fronteira marítima**. O Estado de S. Paulo. 06/05/2007. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?cod=374212>>. Acesso: 24 out. 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil**. O território colonial brasileiro no longo século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2009.

MORISON, Samuel Eliot. **As viagens portuguesas à América**. Tradução de Luís M. Maia Varela. Lisboa: Teorema, ca. 1940.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. PAGANELLI, Tomoko Iyda. CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 3ª Ed. 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 4ª Ed., 3ª reimpr. 2006.

SÃO PAULO (ESTADO), Secretaria da Educação. **Caderno do professor: geografia, ensino médio – 1ª série, 3º bimestre**. Coordenação geral, Maria Inês Fini; equipe, Jaime Tadeu Oliva, Raul Borges Guimarães, Regina Célia Corrêa de Araújo, Sérgio Adas, Angela Corrêa da Silva. – São Paulo: SEE, 2008. 64 p.

\_\_\_\_\_, Secretaria da Educação. **Relatório Pedagógico 2009 Saresp: História e Geografia**; coordenação geral, Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2010a.

\_\_\_\_\_, Secretaria da Educação. **Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias**. São Paulo: SEE, 2010b. Disponível em: <[www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/43/Files/CHST.pdf](http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/43/Files/CHST.pdf)>. Acesso em: 18 set 2011.

SEQUEIRA, C. D. **Paraguai estuda reavivar disputa territorial**. Folha de São Paulo, 29 abr. 2008. Hospedado em: Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=2499>>. Acesso em: 30 out. 2011.

SOUZA, José Gilberto de; KATUTA, Ângela Massumi. **Geografia e conhecimentos cartográficos: A cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas**. São Paulo: UNESP, 2001.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1987.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. **O método intuitivo e a percepção sensorial como legado de Pestalozzi para a Geografia Escolar**. Caderno Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 165-184, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a03v2566.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2011.



Este trabalho foi licenciado com a Licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Sem Derivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/> ou envie um pedido por carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.